

Como deputado da região sudoeste do estado de São Paulo, cobro muito do Governo do Estado ações junto às secretarias, aos órgãos do Estado e ao próprio governador benefícios para a nossa região.

Nosso papel é cobrar e mostrar as carências de cada cidade que compõe nossa região. Mas, também, nós não podemos deixar de agradecer quando aquilo que pleiteamos, aquilo para que trabalhamos acontece com essas grandes obras que estão sendo realizadas e estão prestes a serem realizadas na região sudoeste do estado de São Paulo.

Ficam meus agradecimentos ao governador Alckmin, por ter atendido muito as nossas solicitações e as nossas indicações a favor da nossa região. Quero agradecer ao DER, que tem atendido de forma muito rápida a melhoria da nossa infraestrutura viária na região sudeste do estado de São Paulo.

Agradeço à Artesp, que sempre nos atende muito bem. Essas concessões permitem grandes investimentos, que geram emprego e renda na região sudeste do estado de São Paulo.

Fica aqui registrada a nossa satisfação por essas conquistas a favor da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, peço a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente, telespectadores da TV Assembleia na Capital, na Grande São Paulo, no interior paulista, e em Cubatão, principalmente. Eu quero fazer uma grave denúncia. Ontem eu estive em Cubatão acompanhando uma votação, que não aconteceu, de um projeto de lei apresentado pelo prefeito do município de Cubatão retirando benefícios de servidores. Eles já estão há muitos anos com os seus salários arrojados e trabalham em precárias condições, e têm condições funcionais extremamente precarizadas. Acompanho já há um bom tempo a luta desses servidores e, inclusive, já realizamos audiências públicas aqui há alguns anos e, então, conhecemos a situação.

Os servidores já foram perseguidos pela administração anterior do PT, de Marcia Rosa, e agora estão sendo massacrados pelo atual prefeito do PSDB, que está impondo um pacote de maldades. Ele apresentou projetos de lei retirando benefícios e direitos de servidores, fazendo ajuste fiscal contra os servidores. Tentei ontem dialogar com os vereadores, com o presidente da Câmara Municipal, e fiz um apelo a eles, inclusive numa reunião pedindo que suspendessem aquela votação, que fizessem uma reflexão e buscassem outras alternativas. Eles me disseram que o problema era a crise orçamentária, uma crise municipal. Falei “Arrochar salários, retirar direitos de servidores não resolve a situação. Arrochar salários de professores e servidores públicos que estão atendendo a população não vai resolver o problema da cidade de Cubatão.”

O correto seria intensificar a cobrança da dívida ativa do município, que é uma dívida milionária, principalmente das grandes empresas do poder econômico, e também fazer uma revisão das desonerações, das isenções e dos benefícios fiscais que esses setores têm. Isso resolveria o problema. Eu até me coloquei à disposição porque eles disseram que há deputados estaduais que têm ligação com os vereadores da Câmara Municipal. Falei “Então vamos organizar uma frente parlamentar em defesa de Cubatão, vamos ao governador com todos esses deputados e pedir que ajude, transferindo recursos para a Saúde e para a Educação.”

Fiz vários apelos, apresentei várias alternativas e, sobretudo, pedi que houvesse diálogo permanente com os servidores. Mesmo assim, com todos os nossos apelos e os apelos feitos pelas entidades, pelos servidores que estão mobilizados e em greve já há duas semanas contra esse pacote de maldades, o presidente tentou colocar em votação. Não foi possível porque houve uma grande manifestação e o plenário foi ocupado pela população e pelos servidores.

Houve uma ocupação política, pacífica e democrática do espaço, como houve aqui na Assembleia Legislativa, no ano passado. Os estudantes aqui vieram e ocuparam o plenário por três, quatro dias. E graças à ocupação política dos estudantes foi instalada a CPI para investigar a máfia da merenda escolar. Lá ocorreu a mesma coisa, a sessão foi suspensa e o projeto não foi aprovado. Mas o presidente chamou para hoje à tarde, às 18 horas, uma nova sessão para aprovar o projeto.

Faço novamente um apelo no dia de hoje para que o prefeito da cidade de Cubatão retire o projeto, e abra o diálogo com os servidores porque são eles que carregam a cidade nas costas. Sem servidores públicos não tem atendimento para a população. É um absurdo o que o prefeito do PSDB, de Cubatão, está fazendo com os servidores e com a população, porque quando ele ataca os servidores públicos, está atacando a prestação dos serviços públicos. E ontem eu vi na manifestação milhares de pessoas, crianças, pais de alunos. Não eram só os servidores, nós tínhamos lá a população participando e apoiando a luta dos nossos servidores de Cubatão.

Então, eu faço um apelo ao prefeiro para que ele retire o projeto e, também, para que os vereadores não votem um projeto contra a população. É inconcebível que haja uma votação em um momento como esse de um projeto de lei retirando direitos.

Saíu a lista do Fachin, do Supremo Tribunal Federal, do Janot, com todo mundo envolvido: o PSDB, o Geraldo Alckmin, o Serra, o Aloysio Nunes, pessoas do PT, o ex-presidente Lula, a Dilma, e vários políticos representantes do PT, do PSDB, do PP, do PMDB. É um absurdo que, em um cenário como esse, a Câmara Municipal de Cubatão se preste a aprovar um projeto contra os servidores e contra a população.

Então, eu faço um apelo para que haja diálogo e para que seja suspensa a sessão de hoje, que o projeto seja retirado da pauta e, no mínimo, que a Câmara Municipal realize audiências públicas, faça o debate e abra um diálogo permanente com os servidores para encontrar outras alternativas. Eu apresentei algumas, mas existem outras. A Câmara Municipal tem que fazer esse enfrentamento do poder econômico, dos sonegadores das grandes empresas. Não adianta atacar os servidores.

Eu gostaria de fazer esse registro e, mais uma vez, manifestar o nosso total apoio à luta dos servidores de Cubatão e à greve, que é democrática. Inclusive, há duas semanas, em uma outra votação, os servidores foram agredidos covardemente. Eu já denunciei aqui para a tropa de choque da Polícia Militar, que foi solicitada pela Prefeitura, não sei se pela Câmara Municipal também (o presidente diz que não foi ele). O fato é que a Polícia Militar só toma uma atitude quando ela é solicitada pelo Poder Executivo - e foi isso que aconteceu.

Nós denunciamos o massacre que houve há duas semanas aos servidores pela tropa de choque, pessoas foram machucadas, bombas de gás, balas de borracha... Ontem não houve. Nós fomos lá, conversamos com a Polícia Militar, ou seja, fizemos uma mediação. Espero que hoje também não haja violência policial porque a Câmara Municipal é um espaço de diálogo, é democrático, é a Casa do povo, da cidadania.

Eu disse ontem e repito: os vereadores que lá estão, são inquilinos, estão ali de passagem e para defender a população - e não para defender o prefeito e essa política de ajuste.

Então, eu espero que os vereadores, hoje, suspendam a sessão e abram um diálogo permanente com os servidores e que o prefeito atenda as reivindicações dos servidores que estão em greve há duas semanas. Eles estiveram aqui, fizeram audiências públicas, fizeram gravíssimas denúncias em relação ao que vem acontecendo.

Nós estamos estudando acionar o Ministério Público, as comissões permanentes da Alesp para que elas façam esse debate em relação ao que vem acontecendo em Cubatão.

Era isso que eu gostaria de registrar. Vou acompanhar a votação hoje como deputado e como cidadão para, sobretudo, fiscalizar o trabalho da Polícia Militar para que não haja violência contra os servidores que estão se manifestando pacificamente no Paço Municipal, dando uma verdadeira aula de cidadania, não só em Cubatão mas para todo o estado de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 16 horas e 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE - DOUTOR ULYSSES - PV - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Carlos Giannazi e suspende a sessão até as 16 horas e 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 15 horas e 54 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 33 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 18, III, alínea “d”, combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoco reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 16 horas e 40 minutos, no Salão Nobre, com a finalidade de apreciar o Projeto de lei nº 79, de 2017, de autoria do Sr. Governador, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento, bancos privados nacionais ou internacionais, agência multilateral de garantia de financiamentos e dá providências correlatas.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos até as 17 horas e 10 minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Roberto Morais e suspende a sessão até as 17 horas e 10 minutos.

Está suspensa a sessão.

- Suspensa às 16 horas e 35 minutos, a sessão é reaberta às 17 horas e 11 minutos, sob a Presidência do Sr. Jooji Hato.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 11 minutos.

13 DE ABRIL DE 2017

46ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: JOOJI HATO e CARLOS GIANNAZI

Secretário: MARCO VINHOLI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO

Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - MARCO VINHOLI

Expressa preocupação com os estragos causados pelas enchentes em Catanduva. Diz esperar, para breve, o início dos trabalhos da CPI encarregada de investigar a existência de cartéis na indústria citricultora de São Paulo.

3 - CARLOS GIANNAZI

Julga uma afronta à democracia a interdição do acesso da população de Cubatão à Câmara Municipal, em ocasião em que os vereadores deliberaram sobre projetos que, a seu ver, são prejudiciais aos servidores públicos daquele município.

4 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

5 - JOOJI HATO

Defende projetos de lei, de sua autoria, que tratam do uso de pisos drenantes e do plantio de árvores frutíferas, como forma de diminuir a incidência de enchentes. Propõe soluções para o problema da violência.

6 - JOOJI HATO

Assume a Presidência.

7 - CARLOS GIANNAZI

Pede o apoio de seus pares a projeto de emenda à Constituição Estadual, que anula a necessidade de o STJ obter autorização desta Casa para investigar o governador do Estado. Comenta a delação de Marcelo Odebrecht à Polícia Federal, em que foi citado o governador Geraldo Alckmin. Informa que, em 14/04, acontecerá a comemoração do Dia Estadual de Luta pela Dignidade do Servidor Público Readaptado. Discorre sobre a importância de assegurar os direitos de tais servidores.

8 - CARLOS NEDER

Tece críticas à campanha de oposição feita por uma das chapas que concorrem à diretoria do Sindicato dos Médicos de São Paulo. Lamenta as dificuldades enfrentadas para dar início à CPI que tratará dos planos privados de saúde.

9 - CARLOS GIANNAZI

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

10 - PRESIDENTE JOOJI HATO

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 17/04, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Levanta a sessão.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Jooji Hato.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

Convido o Sr. Deputado Marco Vinholi para, como 1º Secretário “ad hoc”, proceder à leitura da matéria do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - MARCO VINHOLI - PSDB - Procede à leitura da matéria do Expediente, publicada separadamente da sessão.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados e Sras. Deputadas, tem a palavra o primeiro orador inscrito, nobre deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marcia Lia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Itamar Borges. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlão Pignatari. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Davi Zaia. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Delegado Olim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado João Paulo Rillo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Alencar Santana Braga. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Leci Brandão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado José Zico Prado. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente, deputado Jooji Hato, deputado Carlos Giannazi, todos os que nos acompanham no plenário e telespectadores da TV Assembleia.

Quero falar da nossa preocupação com as chuvas ocorridas na tarde e na noite de ontem, no nosso município de Catanduva. A chuva foi severa e uma parte da avenida principal da cidade cedeu, mas as autoridades já estão tomando providências. Sempre que tem uma chuva forte, nossa cidade, ao longo dos anos, vem sofrendo com os estragos das enchentes. Desejo que a cidade possa se reerguer mais uma vez.

Quero saudar uma obra feita em 2016, o Lago dos Ipês, na época do então prefeito Geraldo Vinholi. É um lago de retenção, amenizando um pouco esse problema que acomete nossa cidade de tempos em tempos.

Quero também falar da importância do início dos trabalhos da CPI da Citricultura, do cartel da citricultura no estado de São Paulo. Esta semana, estive na Faesp, junto com o presidente Fábio Meirelles e com toda a comissão de citricultura do estado de São Paulo, o Flávio Viegas, da Associtrus, o Frauso, vice-prefeito de Ibitinga e diretor da Faesp e os produtores em geral. É uma iniciativa do deputado Barros Munhoz, com outros deputados da Casa, em um momento importante na briga contra o cartel da citicultura.

A nossa região sofreu muito ao longo dos anos. Com o cartel da indústria da laranja, os pequenos produtores sofreram muito. Muitos perderam as suas terras; houve um ano em que eles tiveram que jogar as laranjas no chão. Eles foram prejudicados ao longo dos anos pelo poder do cartel, que detém mais de 80% da indústria da laranja.

É uma oportunidade única para atuarmos a favor dos produtores de laranja do estado de São Paulo. Em novembro de 2016, foi feito um acordo no Cade. São mais de 300 milhões de reais. Em relação a esse acordo, os produtores ainda não têm conhecimento dos seus documentos. Esperávamos que esse acordo fosse maior, tendo em vista que as perdas e prejuízos, no setor da laranja, superam dois bilhões de reais.

Há uma expectativa muito grande nesse setor. Há ainda a desconfiança de que referido cartel continua acontecendo. Precisamos ter práticas que coibam esses fatos que acabaram com os produtores de laranja, principalmente os pequenos produtores, que distribuem renda e levam sustento para as suas famílias. Eles sofreram muito com esse problema da indústria da laranja.

A verticalização também é um problema muito sério. Esses produtores ficam cada vez mais sem espaço. Esperamos o início dos trabalhos dessa CPI. Ainda ontem conversei com o deputado Barros Munhoz, liderança máxima no nosso Estado na área da Agricultura. Que possamos ter uma CPI atuando em favor dos nossos pequenos produtores. É uma expectativa muito grande que esse instrumento - a CPI - possa atuar, melhorando os preços para os produtores, garantindo-lhes que o cartel da indústria da laranja irá acabar.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tem a palavra o nobre deputado Reinaldo Alzug. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Antonio Salim Curiat. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Massafera. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Marcos Damasio. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Adilson Rossi. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Milton Vieira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Roberto Morais. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Marta Costa. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público aqui presente, telespectadores da TV Assembleia, ontem, na parte da tarde, estive em Cubatão, tentando acompanhar, com os servidores, a votação de um projeto de emenda à Lei Orgânica do município, que retirava direitos históricos conquistados pelos servidores. Foi a segunda votação desse projeto. Fiquei chocado com o que assisti naquela votação. Aliás, com o que não assisti, porque a população foi impedida de entrar.

Os servidores queriam acompanhar a votação, até para fiscalizar os seus vereadores. A Câmara Municipal é a Casa do povo, é a Casa da cidadania, e o povo de Cubatão foi impedido de entrar no plenário. A Polícia Militar fechou as portas, com ordens expressas para não deixar ninguém entrar. Tive essa informação do policial que comandava aquela operação. A população ficou do lado de fora da sua própria casa.

Sr. Presidente, que eu saiba o Parlamento é a Casa do povo, e os vereadores são inquilinos, assim como nós, deputados, somos inquilinos da Assembleia Legislativa. Fomos eleitos pelo voto popular para um mandato de quatro anos. Estamos de passagem, assim como os vereadores. Porém, o presidente da Câmara Municipal de Cubatão ordenou que a ela fosse fechada e que a população ficasse do lado de fora.

É um verdadeiro absurdo! Sem contar que, no dia 28, houve uma grande repressão policial contra a população, sobretudo dos servidores da Educação, que foram duramente reprimidos pela Tropa de Choque e pela Polícia Militar também, ao que tudo indica, segundo denúncias, a mando da Câmara municipal e do prefeito da cidade.

- É feita a apresentação.

Tenho imagens do dia 28, na praça dos Emancipadores, para mostrar a situação que presenciamos em Cubatão: a população do lado de fora, e teve dificuldades para participar do processo. O povo é recebido com repressão, com bomba de gás lacrimogêneo.

Temos também imagens de ontem, mostrando a população querendo participar, querendo entrar em sua própria casa. A parte interna da Câmara foi trancada com uma madeira, um ferro, para que o povo não adentrasse. É uma das coisas mais afrontosas da democracia, do sistema republicano. A população foi impedida de entrar. Fecharam a Câmara municipal.

Temos outras imagens, mostrando exatamente a população do lado de fora. Gostaria que os deputados assistissem a essas imagens, com a população querendo entrar em sua própria casa. Foram impedidos. Um absurdo o que vem acontecendo.

Eu diria que em Cubatão não existe mais democracia. O sistema republicano está manco. Lá só existe um único poder, que é o poder Executivo, que controla a Câmara municipal. Pelo que constatei, conversando com servidores e com a população, não há oposição na Câmara municipal. É uma cidade que não tem, literalmente, oposição.

Aqui, a Assembleia Legislativa é dominada pelo governo Alckmin. Dos 94 deputados, apenas 18 são de oposição. Nós somos de oposição. Nós obstruímos votações, denunciamos. Lá não havia nada disso. Os vereadores aceitaram passivamente. São 15 vereadores, e só três votaram contra agora porque, da outra vez, os dois do PT tinham votado a favor do projeto de arrocho, de retirada de direitos dos trabalhadores de Cubatão. Foram ontem enquadrados pelo diretório, e votaram a favor. Mas não obstruíram, não fizeram nada, não moveram uma palha para impedir a aprovação do projeto.

O que acontece em Cubatão, infelizmente, está acontecendo no Brasil inteiro. Essa crise de representatividade, esse divórcio que há entre o Parlamento, o poder Legislativo, o poder Executivo e a população, muitas vezes inclusive um divórcio também com o Judiciário.

As imagens aqui falam, com a população do lado de fora da Câmara municipal de Cubatão, querendo participar. É importante que a população saiba que ontem, às 18 horas, a Câmara municipal de Cubatão proibiu a entrada da população. A população ficou do lado de fora da sua própria casa. Isso é uma traição do poder Legislativo, que deu as costas para a população, deu as costas para os seus próprios eleitores, porque, em tese, eles foram eleitos com o voto popular.

É isso que gera a falta de credibilidade. Por isso, ninguém mais acredita no poder Legislativo. Ninguém mais acredita em vereador, em deputado, em governador, em prefeito, em presidente da República, por conta desse tipo de comportamento do Legislativo.

Há dois dias estive lá, conversei com vereadores, com o presidente da Câmara. Pedi, fiz um apelo para que eles abrissem uma negociação com os servidores. Eu me propus a intermediar, a montar uma comissão representativa. Mas houve uma negativa. Eles não aceitaram a negociação. Mesmo quando houve uma ocupação pacífica do plenário há dois dias, para tentar essa negociação, a Câmara Municipal se recusou a receber a comissão para negociar.

Eu disse, lá, que o lugar da tropa de choque não é na Câmara, onde precisamos de diálogo, democracia e participação, e não de polícia, como aconteceu em Cubatão. Um absurdo total. Não houve audiência pública para debater os projetos. Foram votados vários projetos contra os servidores. Isso é conhecido como o “pacote de maldades”, que veio de cima para baixo, sem que os servidores debatessem. Praticamente não houve audiências públicas. Na nossa opinião, a prefeitura e a Câmara Municipal tinham que organizar várias audiências para debater um projeto como esse.

Os vereadores e o presidente da Câmara, Rodrigo Alemão, me disseram que o orçamento da cidade estava quebrado e que a cidade passava por uma dificuldade financeira. Eu falei que aprovar projeto que ataca os servidores públicos não resolve a situação de nenhum orçamento. Disse a eles que existem outras alternativas, como a cobrança da dívida ativa do município, que tem de ser intensificada; e a revisão das desonerações, isenções e benefícios fiscais para os setores econômicos da cidade. É isso que vai resolver o problema orçamentário, não é atacando direitos dos trabalhadores, fazendo ajuste fiscal, implantando o Estado mínimo, aplicando essa tese neoliberal também num município que já está com grandes dificuldades.

Quero, aqui, repudiar essa atitude antidemocrática que houve em Cubatão por parte da Câmara, na qual não existe oposição. Temos que ajudar a população lá, porque a situação é grave. Colocamos nosso mandato à disposição da população, porque é um absurdo o que vem acontecendo. A população está totalmente oprimida por uma Câmara Municipal que não representa mais; perdeu a legitimidade.

Abriam um boletim de ocorrência contra o nosso mandato. Estive presente, acompanhando, tentando intermediar. Disseram que iriam cassar meu mandato. Quero dizer o seguinte: os vereadores que votaram a favor dos projetos desse “pacote de maldades”, bem como o prefeito, serão, esses sim, cassados pela população através do voto popular. Com certeza, eles terão dificuldade para se reeleger. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - JOOJI HATO - PMDB - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tem a palavra o nobre deputado Milton Leite Filho. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Celso Giglio. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato. (Na Presidência.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ed Thomas. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Welson Gasparini. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Carlos Gondim. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Gileno Gomes. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Luiz Fernando. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Edson Giriboni. (Pausa.) Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahlão. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado André Soares. (Pausa.)

- Assume a Presidência o Sr. Carlos Giannazi.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS GIANNAZI - PSOL - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esgotada a lista de oradores inscritos para falar no Pequeno Expediente, vamos passar à Lista Suplementar.

Tem a palavra a nobre deputada Maria Lúcia Amary. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Ramalho da Construção. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Orlando Bolçone. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Enio Tatto. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Camilo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Coronel Telhada. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Cezinha de Madureira. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jooji Hato.

O SR. JOOJI HATO - PMDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores da TV Alesp, venho mais uma vez a esta tribuna com a preocupação em relação a um grande problema que aflige a população de São Paulo e de outras cidades, inclusive do interior. São as chuvas, as enchentes que matam e destroem, causando prejuízos enormes a eletrodomésticos, invadindo as casas, principalmente as mais humildes, localizadas em regiões mais baixais, em regiões pantanais. São pessoas que convivem diuturnamente com as enchentes, que trazem doenças, desde a febre tifoide, leptospirose, insuficiências renal e hepática, tantas moléstias que levam à morte. São pessoas que não têm condições de pagar inclusive atendimento médico-hospitalar. Ficam em filas, não têm convênio. A nossa Saúde está deteriorada. A população mais carente muitas vezes perde a vida, a saúde.

Fiz um projeto de lei importantíssimo, o Projeto de lei dos Pisos Drenantes, para despermeabilizar o solo. Grandes áreas são asfaltadas, concretadas, com calçadas cimentadas, sem condições de absorver as águas pluviais. Essas águas vão parar em córregos, até atingirem os rios Tietê e Pinheiros, que são rios condutores e não absorventes. Muitas vezes a cidade de São Paulo é inundada, tem seu trânsito paralisado.

O vento, durante as chuvas, derruba árvores, que danificam a rede elétrica, caem em cima das casas, dos carros, matam, dão prejuízo. Em vista disso, fizemos o projeto de lei para se plantar árvores frutíferas na cidade de São Paulo, para preservar os pássaros que exterminam os cupins. Sem pássaros, há aumento dos cupins, que correm as árvores. A Prefeitura não tem engenheiro agrônomo para examinar as árvores, com aparelhos precisos, para ver se estão contaminadas com cupins. Faço aqui mais uma vez apelo ao nosso prefeito João Doria, porque os prefeitos que o antecederam não perceberam a importância da plantação das árvores frutíferas, a importância da despermeabilização do solo para minorar essas enchentes que matam, que prejudicam tantas pessoas.